

# Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento<sup>1</sup>

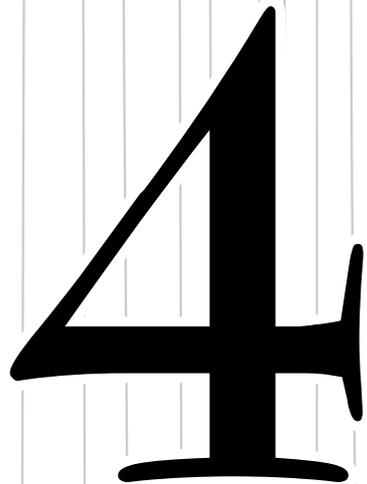
*Familial homophobia: an experience in search of recognition*

**Sarah Schulman**

*Professora da City University of New York (CUNY) – College of Staten Island  
Integra o New York Institute for the Humanities na New York University (NYU)  
SchulmanNY@aol.com*

*Tradução: Felipe Bruno Martins Fernandes\**

*Universidade Federal de Santa Catarina  
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC  
Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades - NIGS  
Laboratório de Gênero e História - LEGH  
Bolsista CAPES/PDEE - complex.lipe@gmail.com*



## Resumo

Apesar de a aceitação da diferença estar em crescimento nos Estados Unidos, é raro uma pessoa gay ou lésbica que não tenha sido aviltada devido à sua orientação sexual. Essa experiência começa, em geral, dentre seus familiares. As pessoas gays são rotineiramente submetidas a abusos psicológicos e físicos que não são conhecidos por muitos americanos heterossexuais. “Homofobia familiar”, como Sarah Schulman chama o fenômeno que até agora não fora nomeado, mas que é parte da vida da comunidade LGBT, é entendida não como um fenômeno pessoal, mas como uma crise cultural ampla. A autora conclama a intervenção direta nas famílias violentadoras, na comunidade e no estado.

Palavras-chave: Homofobia familiar. Família. Violência.

## Abstract

Although acceptance of difference is on the rise in America, its rare gay or lesbian person who has not been demeaned because of his or her sexual orientation and this experience usually starts at home, among family members. Gay people are routinely subjected to forms of psychological and physical abuse unknown to many straight Americans. “Familial homophobia”, as Sarah Schulman calls it, is a phenomenon that until now has not had a name but is very much a part of life for the LGBT community and it is understood not as a personal problem but as a widespread cultural crisis. The author challenges us to take up our responsibilities to intervene with violating families, community, and the state.

Keywords: Familial homophobia. Family. Violence.

---

<sup>1</sup> Introdução do livro *Ties that bind: familial homofobia and its consequences*, de Sarah Schulman, publicado pela The New Press, New York, 2009. Queremos aqui agradecer a autora a autorização para publicação da presente tradução nesta edição da Bagoas e agradecer igualmente a iniciativa e colaboração de Felipe Bruno Martins Fernandes pelo trabalho de tradução.

Apesar da ênfase no casamento e em parentalidades homossexuais que têm dominado nosso discurso cotidiano, como gays e lésbicas são tratados nas famílias é muito mais influente na qualidade das vidas individuais e na ordem social mais ampla do que como somos tratados como família. Contudo, na maioria dos casos, verdades centrais e desconfortantes ficam em segundo plano em relação a conversas mais dóceis e familiares. Em meu livro *Ties that bind: familial homophobia and its consequences* (SCHULMAN, 2009), tento articular como e por que os sistemas de homofobia familiar operam e, mais importante, como podem ser transformados.

Existem duas experiências que a maioria dos homossexuais compartilha. Uma é a de “assumir-se”, processo de interrogação pessoal em oposição à expectativa social, que não tem quaisquer paralelos na vida heterossexual. A segunda experiência comum é que fomos, cada um de nós, em algum momento de nossas vidas, inferiorizados por nossas famílias simplesmente, mas especificamente, por causa de nossa homossexualidade. Essa experiência é, por sua vez, espelhada pelo sistema legal e pelas estruturas sociais dominantes, através das quais as pessoas gays devem viver, assim como nas artes e nas indústrias de entretenimento, as quais selecionam e controlam nossas representações. Como consequência, a exclusão familiar e a inferiorização é comumente estendida pelo comportamento com o qual as pessoas gays tratam umas as outras. Reforçadas, portanto, por um jogo de espelhos.

Imagine se uma família respondesse ao processo de assumir-se de uma de suas integrantes desta forma: “Eles discutem como família sua responsabilidade especial em proteger sua filha/irmã/mãe/sobrinha/tia/prima das pressões e crueldades que eles mesmos nunca enfrentarão. Eles prometem não explorar ou gozar de privilégios que a ela são negados, e comprometem os recursos da família em garantir a ela e a outras pessoas gays acesso a esses privilégios. Eles ampliam esse compromisso a outros em sua comunidade que não tenham famílias conscientes e morais. Eles tratam as pessoas gays da comunidade como seres humanos completos e apoiam sua familiar gay para que ela também se sinta como tal. Na família como um todo, nas amizades, nos locais de trabalho, no consumo ou produção de bens culturais, em como eles votam, e quais leis apoiam e aderem. Eles intervêm quando as pessoas gays estão sendo transformadas em bode expiatório através da ação direta contra o comportamento do perpetrador”.

Esse não é um cenário impossível. Entretanto, ainda hoje, as famílias estão mais propensas a “tolerar” os homossexuais, isto é, a mantê-los em uma posição de menor valor do que aprender com eles e se inspirar em seu conhecimento. É mais provável ver um político que tenha um filho abertamente

gay se opondo ativamente aos direitos gays do que vê-lo publicamente exaltando aquele filho por ter tido a sensibilidade pessoal e integridade de se assumir.

Devido à natureza invertida do comportamento dominante, as pessoas gays estão sendo punidas no interior da estrutura familiar, mesmo que nunca tenhamos feito nada de errado. Essa punição tem consequências dramáticas tanto nas nossas experiências sociais quanto em nossas relações de maior confiança, as relações afetivo-sexuais.

As especificidades e dimensões da homofobia familiar são amplas. Elas podem variar desde pequenos desrespeitos a graus variados de exclusão, chegando a ataques brutais que deformam a vida da pessoa gay, ou até a crueldades diretas e indiretas que literalmente acabam com a existência daquela pessoa. É claro que o impacto disso irá variar de acordo com outros tipos de sistemas de apoio que a vítima consiga acessar, com o quão comprometida é a sua família no reforço da homofobia e com os tipos de intervenção realizados por terceiros. Caso os preconceitos da família sejam flexíveis, caso a vítima tenha uma rede de apoio consistente e confiável e caso outros indivíduos na família ou na comunidade intervenham ativamente na denúncia, portanto, na mitigação do impacto da crueldade, a homofobia familiar pode ser um obstáculo desnecessário, mas superável.

Sem intervenção compassiva, entretanto, a homofobia familiar pode se tornar uma opressão dolorosa determinante na vida da pessoa gay. Pior do que isso, pode ser o modelo através do qual as pessoas gays tratam umas as outras. A história mostra que os alvos de desmerecidas crueldades – bodes expiatórios – dependem da intervenção de terceiros que apoiem seus atos de resistência. O fraco necessita de ajuda. O processo se inicia com alguns indivíduos se posicionando entre os perpetradores e as vítimas, o que resulta, no fim das contas, em novas formas de padrão social e, em alguns casos, em legislação.

Estranhamente, os assuntos que circundam a homofobia familiar são óbvios e, ao mesmo tempo, negados. Afinal de contas, este texto está sendo escrito em um momento em que muitas pessoas diriam “as coisas estão melhorando”, sem conseguirem, para além do clichê banal, definir o que isso realmente significa. A crise da AIDS forçou os Estados Unidos a iniciarem um processo de reconhecimento da existência das pessoas gays. Nessas condições, mesmo que hoje existam muitas instituições que ainda fingem que não existimos, há aquelas que reconhecem, de alguma forma, a nossa existência. É uma mudança significativa, mas não é progresso. Em muitos estados, cidades e condados, as pessoas gays podem ser demitidas de seu trabalho, expulsas de casa, ter atendimento recusado em restaurantes ou

hotéis, ver negada sua associação em organizações ou comunidades e experimentar outras humilhações vitimizantes. Em cinco estados norte-americanos – até maio de 2009 –, casais gays e lésbicos podem casar legalmente. É um quadro bizarro de contradições diárias que pessoas gays, lésbicas, bissexuais e transgêneras devem equilibrar e internalizar. Alguns programas de televisão têm personagens centrais que são homossexuais; outros transmitem mundos completos em que a existência homossexual nunca é reconhecida. Você nunca sabe o que encontrará ao dobrar cada esquina.

Entretanto, o reconhecimento, quando ocorre, é comumente problemático. O fato de pessoas abertamente gays poderem ter apartamentos em determinados locais significa que “as coisas estão ficando melhores”? Ou o fato de muitos lugares continuarem a proteger os discriminadores reflete uma crueldade ainda maior do que quarenta anos atrás, dado que naquele tempo não se escutava falar de leis antidiscriminação?

Sinto que uma ação negativa hoje possui um significado negativo ainda mais intenso do que teve no passado, quando se tinha menos opções para mudança. Opor-se aos direitos de gays sessenta anos atrás, quando não existiam quaisquer movimentos visíveis, era uma ação bem diferente do que se opor a nós atualmente. Porém, mesmo conhecendo pessoas gays, vendo nosso desejo por justiça e ainda assim dizer “Não” é muito mais sórdido do que recusar algo vago e teórico. Embora muitas vezes nos digam que “as atitudes estão mudando para melhor”, penso que todos nós podemos perceber que quando várias pessoas nos Estados Unidos não têm direitos legais e não são culturalmente representadas, isso é por si só uma condição de opressão que se reflete em atitudes.

Essa inversão, que chama a todo o momento um estado de injustiça de “progresso”, é posta em jogo de várias formas distorcidas. Muitos americanos agora sabem que homossexuais existem. O simples fato de sermos representados é falsamente codificado como “progresso”. Ter uma personagem gay em um livro, peça, filme ou programa de televisão dá a ilusão daquele trabalho como progressivo. Em geral, aquele trabalho resulta em prêmio concedido por uma organização gay. Mas, caso o significado real e o conteúdo de uma representação específica sejam examinados, muitas dessas representações se mostrarão retrógradas. Geralmente, elas retratam a pessoa gay como patológica, menor que o papel de acompanhante de Tonto<sup>2</sup>, representando somente com o intuito de criar uma catarse emocional que faça

---

<sup>2</sup> N. T.: Personagem do programa de rádio “The Lone Ranger”, que estreou em 1933. Tonto era um indígena norte-americano que acompanhava o cavaleiro solitário.

do protagonista ou espectador heterossexual uma pessoa “melhor”. Raramente, as representações contemporâneas retratam seres humanos complexos, com autoridade e sexualidade, afetados pela homofobia para além de suas outras experiências humanas, seres humanos que são *protagonistas*. Esse tipo de profundidade e primazia forçaria o público a universalizar as pessoas gays, o que é parte do projeto de igualdade. Também forçaria um reconhecimento da crueldade heterossexual como parte cotidiana da vida norte-americana.

Tais convenções e estruturas opressivas são mantidas através de algumas estratégias concretas. Uma estratégia crucial é o uso de falsas acusações para manter o *status* de subordinação das pessoas gays. Nesse contexto, acusações falsas são declarações imprecisas e enganosas sobre pessoas gays e lésbicas, bem como sobre a homossexualidade, que nos forçam a viver com o fardo de um estigma que não merecemos, e a pagar, dessa forma, o preço emocional e social de termos de provar desnecessariamente nossa inocência.

A mais tipicamente vulgar das falsas acusações que os homossexuais enfrentam é aquela que prega que a homossexualidade é de alguma forma errada e/ou inferior à heterossexualidade. É o típico argumento “enfumaçado”, tão ridículo, de fato insano e sem nenhuma justificativa, que apenas termos de refutá-lo é, em si mesmo, desumanizante. Nós conhecemos o padrão: o perpetrador falsamente acusa a vítima, de forma a criar uma “cortina de fumaça” que obscurece a agência do próprio perpetrador. Eu digo que é uma “cortina de fumaça”, porque, além de criar um injustificado ônus da prova para a pessoa gay, também obscurece o verdadeiro problema em questão, isto é, a homofobia do perpetrador.

Outra acusação desse tipo diz respeito à cobrança de que pessoas gays deveriam ser mantidas distantes de crianças. Infelizmente, temos gasto uma grande quantidade de energia e autoestima na tentativa de provarmos o quanto somos amigos das crianças, até o ponto de sentirmos que precisamos tê-las para sermos completamente humanos ou tratados como um humano completo pela nossa família e governo. Hoje, em um ato de inferiorização, as pessoas gays têm tido filhos como uma prova de que merecemos direitos, respeito e representação. Com certeza, esse aspecto revela que nossa falta de convivência com crianças é um sinal de que algo está errado em nós, de que somos perigosos e de que merecemos permanecer ao lado de fora do poder. Essa falsa acusação é outra cortina de fumaça que ofusca a questão real: a de que privar crianças do convívio com pessoas gays é uma forma de abuso infantil, especialmente se essas crianças forem gays e aprisionadas no interior de uma

família que explora e pratica a homofobia.

Claro que essas são as falsas acusações mais óbvias e elementares, mas há aquelas que são muito mais sofisticadas e causam similar dano.

Por exemplo:

Os homossexuais são um grupo de interesse especial enquanto os heterossexuais são objetivos e neutros.

Os sentimentos de homossexuais não são tão importantes quanto os sentimentos de heterossexuais (estenda essa acusação ao campo do trabalho com artes e ideias sociais).

Os homossexuais devem provar que merecem os direitos que para heterossexuais são óbvios.

Os homossexuais deveriam se universalizar à heterossexualidade para que possam gozar de representações, mas heterossexuais não têm de mostrar nenhum interesse para além de sua própria experiência.

A aquisição de direitos e mudança social para pessoas gays é de responsabilidade única das pessoas gays.

E a minha favorita e mais desconcertante:

Pessoas gays e lésbicas, apesar de não terem garantidos quaisquer direitos ou representações, de certo modo, apenas atingem o que conquistam porque são dadas algumas vantagens injustas: “Mesmo que tenha publicado dez livros, você só conseguiu esse emprego porque eles precisavam de uma lésbica”.

Não consigo contabilizar quantas vezes pessoas heterossexuais presumiram que tenho vantagens profissionais porque sou lésbica, quando de fato ocorre o oposto. Tenho profundas desvantagens profissionais, porque sou abertamente lésbica no meu trabalho e eles têm profundas vantagens porque são heterossexuais. Essa é a inversão de curso: posicionar as vantagens como neutras e qualquer conquista como uma dádiva benevolente dos superiores tolerantes.

E uma ainda mais sofisticada:

Quando qualquer pessoa gay recebe algum reconhecimento, não importa o quão supremamente obtido e merecedor seja, isso significa que as pessoas gays alcançaram a igualdade. Ou, como me disse uma vez uma mulher branca: “Como assim pessoas negras não têm

direitos? Jesse Jackson<sup>3</sup> tem mais poder que meu marido!”.

Ironicamente, se as pessoas gays fossem tratadas com igualdade, o perpetrador teria o ônus da prova. Caso fossem responsabilizados por suas falsas acusações, seria muito mais difícil praticá-las. Infelizmente, o sistema é invertido de tal forma que a crueldade parece normativa e regular e o desejo de chamar a atenção e subvertê-la parece estranho.

Como disse Bertolt Brecht, “quando os delitos se amontoam, tornam-se invisíveis”.

A resistência é falsamente indexada como um comportamento inapropriado, porque resulta em desconforto para o perpetrador. Ironicamente, não é o fato de a pessoa gay estar sendo transformada em bode expiatório que enfurece as pessoas, mas a afirmação de que o perpetrador deveria ser responsabilizado. Não é a horrível verdade que perturba as pessoas, mas sim a construção do processo de contar a verdade que é vista como problema.

Ao passo em que a acusação falsa é uma estratégia de homofobia, a evitação é a ferramenta de seu reforço. Evitação é quando as pessoas são cortadas, excluídas de participarem em conversações, comunidades, estruturas sociais; a elas não é permitida qualquer voz sobre como elas mesmas são tratadas, não podendo falar ou retrucar. A evitação é uma forma de crueldade mental que é desenhada para que se finja que a vítima não existe ou nunca existiu. É praticada por grupos religiosos como os Amish e as Testemunhas de Jeová, bem como pela indústria das artes e entretenimento, pelo sistema legal, pelas estruturas familiares, pelos sistemas econômicos e pelas convenções sociais que patologizam e isolam as pessoas gays através do não reconhecimento ou representação de suas experiências. Por extensão, é também praticada por indivíduos irresponsáveis que não querem ser responsabilizados pela dor não merecida que estão infligindo em outros que não apresentam o poder de tomar medidas contra o praticante da evitação. Em suma, a evitação é uma forma ativa de assédio.

Pelo fato de as pessoas gays serem ritualmente evitadas em todos os aspectos da vida social, nossa desumanização através da evitação parece normativa e regular, partindo mesmo de outros homossexuais, pois se constitui em um processo imitativo. A evitação é a forma mais comum de homofobia e a mais fácil de ser executada. Enquanto a evitação parece ser passiva e pode ser praticada rotineiramente sem muito esforço, seus efeitos são dramaticamente

---

<sup>3</sup> N. T.: Pastor batista e ativista político norte-americano. Participou, ao lado de Martin Luther King Jr., da luta pelos direitos civis para os negros nos Estados Unidos.

ativos. De fato, estar na ponta receptiva da evitação é ser agressivamente atacado cotidianamente. Isso pode variar desde o não reconhecimento das experiências e conquistas de um membro familiar que seja gay como iguais às experiências e conquistas dos membros heterossexuais até a exclusão de autênticas personagens lésbicas do palco norte-americano. É um sistema de exclusão que pode se manifestar ao tornar a acolhida de um membro heterossexual da família do membro gay um processo desconfortável. São formas de evitação decidir que apenas uma professora lésbica pode ser contratada no departamento por vez, que nenhum romance com protagonistas lésbicas será publicado por determinada editora e que uma amante não tem responsabilidade para com sua parceira, porque ninguém se preocupa se ela tem ou não. É a remoção de pessoas que respiram e vivem do reconhecimento e representação no dia a dia. É uma recusa em se comprometer, reconhecer, negociar e comunicar. É uma exclusão da conversa.

A evitação é multiplicativa. Por exemplo, em uma semana eu posso ser excluída de um evento familiar, ser ignorada por um editor que nunca publicou um romance lésbico, ser desrespeitada por um teatro que nunca produziu uma peça lésbica e ter negados emprego e habitação em muitos estados da nação. Deixe-me incluir que a maioria de minhas semanas se parece com essa. Se qualquer um desses segmentos sentisse que eu detenho algum capital social ou poder, ou que alguém se importaria com a forma pela qual fui tratada, seu comportamento seria diferente, pois teria receio das consequências. Mas, devido a todas essas arenas concordarem que eu não importo, eles podem replicar e estender o hábito de evitação de cada um e fazer com que isso pareça normal e sem intercorrências.

Quando as pessoas são posicionadas na ponta receptiva de uma crueldade, isso é injustiça. Uma intervenção que faça com que os perpetradores justifiquem o que estão fazendo geralmente cessa aquele comportamento. Uma intervenção mostra aos perpetradores que alguém se preocupa com a vítima, o modo como ela é tratada e o que será dela. É inquestionável que as pessoas transformam em bode expiatório apenas os mais fracos. Aqueles com poder nunca seriam falsamente culpados, na medida em que haveria consequências. Por essa razão, a intervenção de terceiros é a forma mais efetiva de acabar com a evitação. Intervir é realinhar o poder. O “valentão”<sup>4</sup> pode facilmente encontrar outra vítima com a qual ninguém se preocupe. Por que se amolar em ferir uma pessoa que tenha capital social suficiente para revidar ou um aliado que revidará por ele?

---

<sup>4</sup> N. T.: No original, *bully*.

O que faz as pessoas gays bodes expiatórios ideais em uma família é que nela estão sozinhas. Muitas vezes, ninguém no interior da família é como elas ou se identifica com elas. Elas se tornam uma tela projetora, o terreno em que todos os outros depositam suas deficiências e ressentimentos. Além disso, ninguém está olhando. Ninguém de fora irá intervir, porque há a percepção de que os assuntos de família são privados e intocáveis. A estrutura familiar e sua intocabilidade predominam. Então, porque a pessoa gay não tem apoio total de sua família, ela por sua vez se torna o bode expiatório ideal. Na sociedade, assim como na família, ninguém irá intervir. A sociedade não irá intervir na família e a família não irá intervir na sociedade. É uma relação dialógica de opressão.

Considere outro exemplo. O irmão de uma lésbica se casa. Seus pais são patologicamente homofóbicos. Ele manipulou esse preconceito durante toda a sua vida para compensar seus próprios sentimentos de inadequação em sua relação com a irmã que, menosprezada em sua família, é muito mais realizada que ele no mundo. Ele organiza toda a família para viajar milhares de quilômetros<sup>5</sup> para seu casamento, mas exclui sua irmã. Ninguém na família irá lhe dizer nada sobre o assunto, nem mesmo ligarão para saber como ela está se sentindo. Todo mundo decide que assim é porque é o *casamento* dele, porque sua heterossexualidade faz seus sentimentos muito mais importantes que os dela, pois ele é humano e ela não. Então, a família conspira para excluí-la, causando-lhe imensa dor. Se ela abordasse o irmão como grupo e dissesse a ele que não seria manipulada na transformação da irmã em bode expiatório, ele não poderia levar a cabo seu plano. Mas isso não ocorre. Afinal de contas, é um casamento. Quando a irmã tenta ler um romance ou assistir a um filme ou peça em que essa experiência é retratada, não encontra. Se ela tenta criar, ouve do editor que está maravilhosamente bem escrito, mas que é de interesse especial, não para o público geral. A indústria das artes e entretenimento – os produtores de cultura popular – reforça a crueldade ao ativamente manterem essas experiências não representadas. Nesse sentido, os perpetradores continuam a não serem responsabilizados. É um sistema dinâmico de perpetuação da dominação através da censura de experiências humanas.

Essa exclusão múltipla e reforçada é poderosa e devastadora para as pessoas gays, porque desafia a típica dicotomia entre público e privado, da qual a rede de salvaguarda da sociedade depende. Usualmente, a família é o refúgio das crueldades da cultura. Se a família é a fonte da crueldade, a sociedade mais ampla é o refúgio da família. No entanto, quando a família e a sociedade mais ampla põem em ação estruturas idênticas de exclusão e inferiorização, o

---

<sup>5</sup> N. T.: No original, *miles*.

indivíduo não tem lugar para onde escapar, especialmente quando as instituições de representação *também* não permitem que a experiência e sentimentos subsequentes sejam expressos.

Já que as pessoas gays enfrentam acusações falsas e evitação todos os dias e em todas as arenas da vida social, nosso comportamento e estado de espírito podem ser profundamente afetados tanto por uma resistência aos abusos quanto por tentativas desesperadas de evitá-los. De qualquer forma, a opressão ativa da evitação e da falsa acusação manipula e controla as vidas de pessoas gays em variados graus. A repetição e a facilidade com as quais tanto a exclusão quanto a distorção são impostas fazem com que pareçam regulares e diárias, como se não estivessem acontecendo. Torna-se “apenas a forma como são as coisas”, um estado falsamente naturalizado, quando na verdade é desenhado e implementado pela força.

Historicamente, as pessoas gays têm tentado proteger a si mesmas através da vinculação em subculturas e/ou relacionamentos. Porém, até mesmo nessas estruturas, muitas vezes não se é capaz de resistir a assaltos venenosos particulares da família e da sociedade. A subcultura gay, em particular, é extremamente vulnerável para criar bodes expiatórios – especialmente quando enraizados em diferenças entrelaçadas em gêneros, raças e classes. A subcultura e a relação romântica em si podem, conseqüentemente, tornar-se um instrumento das amplas estruturas de crueldade, particularmente quando não há responsabilização e ninguém a quem prestar contas. Enquanto ninguém se preocupa em como ela é tratada, a homossexual descartada se transforma em alvo conveniente para a crueldade dos outros, caso a crueldade seja enraizada no privilégio heterossexual ou em outros traumas de pessoas oprimidas.

Lembro-me do brilhante curta-metragem de Yvonne Welbon, intitulado *Monique*, no qual uma cineasta afro-americana conta a história de sua inimiga na primeira série, Monique. Como elas se odiavam, machucavam-se e exibiam seu ódio para que outros vissem. No final do filme, Welbon mostra uma antiga foto da turma da primeira série, e de repente percebemos que ela e Monique eram as únicas alunas negras da classe. Você vê isso a todo o momento. Outras pessoas gays são encorajadas e recompensadas pelo estado, família e grupos que compartilham certo poder – indivíduos e instituições – para não se identificarem entre si, para não se ajudarem, para não se levantarem em favor de si mesmas. E quando a traição se materializa – por uma produtora lésbica bem-sucedida que nunca desenvolveu uma peça lésbica, por gays republicanos, por um homem que violenta seu amante e recebe o apoio da família para fazê-lo ou por uma mulher que usa o tribunal para negar custódia à sua amante e recebe

apoio do Estado – elas são recompensadas. Em todo caso, elas ampliam a ação de tornar pessoas gays em bodes expiatórios.

Em suma, uma vez que aceitemos que somente porque uma pessoa deseja excluir a outra isso não significa que ela tenha o direito de fazê-lo, teremos de olhar as implicações morais dessa realização para elaborarmos uma ação.

É preciso entender por extensão que quando uma pessoa gay termina com seu/sua amante/amigo(a) devido à falta de poder da pessoa (falta de poder criada por sua homossexualidade), essa recusa e esse silêncio são moralmente errados. É a mesma ação. Quando um homem gay dirige um teatro e incentiva jovens homens gays na medida em que humilha e ignora mulheres, essa é uma extensão da mesma ação. Ele faz isso porque ele pode. Seres humanos merecem, por virtude de terem nascido, reconhecimento, interatividade e negociação. Privar pessoas disso porque elas não têm o apoio de nenhuma instituição que garanta seus direitos é injusto. Fazer isso com uma filha, irmã, amante ou colega é a mesma injustiça. Se alguém tem de ir ao tribunal de justiça, recitar todo o padrão, começando com a ação originária, e mostrar a consequente série de acontecimentos, poderia o júri imparcial ser persuadido a concordar que evitar essa pessoa é justificável? Similarmente, se nós pudéssemos mover uma causa contra os principais teatros dos Estados Unidos para mostrar o porquê de não haver peças lésbicas no cânone norte-americano, eu asseguro que a única razão que emergiria seria que existe uma hegemonia cultural entre os seletores. Não há princípio inerente que justifique a manutenção da exclusão e suas humilhações e inferiorizações.

Estou tentando articular, pela primeira vez, a natureza e os efeitos negativos a longo prazo da homofobia familiar no indivíduo gay e na cultura mais ampla. Estou tentando quantificar algo que é persistente, mas ainda invisível. Dessa forma, espero tornar evidente e consciente a obrigação de colocar em ação a intervenção de terceiros. O propósito de meu livro *Ties that bind* é potencializar uma nova categoria de pensamento, explorá-la e discuti-la, mas não defini-la. Discordar de suas precisões é entrar no diálogo e, finalmente, reconhecer o que realmente está lá.

Tradução a partir do original: SCHULMAN, Sarah. Familial homophobia: an experience in search of recognition. In: *Ties that Bind: Familial Homophobia and Its Consequences*. New York: The New Press, 2009.